

## FRENTE DE EXPANSÃO CAMPONESA DO MARANHÃO

*Ivan Targino\**

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é analisar o processo de expansão da fronteira agrícola do Maranhão. A pré-Amazônia maranhense permaneceu praticamente intocada até a década de 40. A partir de então, desencadeia-se o processo de sua ocupação efetiva e de seu povoamento. Num primeiro momento, essa ocupação se deu pelo avanço da frente de expansão camponesa. Entende-se por frente de expansão camponesa a dilatação da fronteira agrícola realizada por pequenos produtores com baixo nível de capitalização, praticando uma agricultura de "subsistência" baseada no trabalho familiar e onde a terra é considerada, principalmente, como um valor de uso, donde a intensa mobilidade de frente. Embora organizado de forma pré-capitalista, a sua dinâmica está intimamente relacionada com a acumulação capitalista. Isto se dá por várias formas: pela comercialização do "excedente"; pelo provisionamento de instrumentos de trabalho e de certos bens manufaturados de consumo; pelo fornecimento de bens alimentares a baixo custo; pela preparação das terras e fornecimento da mão-de-obra para o grande capital. A partir dos anos sessenta, essa forma de ocupação da fronteira entra em choque com um processo de ocupação capitalista que se caracteriza: pela produção de mercadorias (lavouras comerciais e pecuária); pela formação de grandes propriedades, onde a terra é tida como um valor de troca; pela obtenção de recursos públicos e pela extrema exploração da força de trabalho. Esta última forma de ocupação é aqui denominada de frente de expansão capitalista monopolista. Da superposição desta sobre a frente de expansão camponesa resulta o conflito pela terra, alimentado por dois processos básicos e intimamente relacionados: a valorização da terra e a expropriação do produtor direto. Ao sobrepor-se à frente camponesa, a frente capitalista monopolista determina (enquanto tendência) o fechamento por dentro e por fora dos espaços amazônicos ao pequeno produtor. O que vale dizer que a pré-Amazônia maranhense de área de atração para os fluxos migratórios originados sobretudo do semi-árido nordestino diminui gradativamente este seu poder, tornando-se área de expulsão da população rural.

---

\* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba.

## 1. INTRODUÇÃO

A porção Oeste do Maranhão permaneceu praticamente intocada e desconhecida,<sup>19\*</sup> até a década de 40, quando se iniciou a sua ocupação efetiva. Até então, registraram-se algumas incursões impulsionadas pela busca de ouro dos vales dos rios Gurupi e Turiaçu, campanhas militares contra os indígenas e a expansão da pecuária, ao longo do vale do Tocantins até atingir a cidade de Imperatriz.<sup>13</sup> Além dos fatores físicos (densidade da mata equatorial, dificuldades de comunicação, etc.) e da presença dos índios urubus, deve-se arrolar como fatores impeditivos da “Marcha para o Oeste”, a escassez de mão-de-obra e de capital existente na economia maranhense.

É sabido que, no período de expansão do complexo primário exportador (séc. XVIII e XIX), aumentou, consideravelmente, a capacidade de acumulação da economia do Maranhão, donde a reprodução ampliada do sistema com a expansão notável das culturas comerciais do algodão, do arroz e da cana-de-açúcar.<sup>28</sup> Porém, dificuldades do mercado internacional aliadas a fatores internos (Guerra da Balaiada em 1838-40 e Abolição da Escravatura em 1888), determinaram a drástica redução no nível de acumulação. Tal fato implicou a desarticulação e a regressão do complexo primário exportador.\*\* O capital que pôde ser salvo foi investido naquilo que VIVEIROS chamou de “vertigem das fábricas, a loucura de transformar o Maranhão agrícola em Maranhão industrial”.<sup>28</sup> (p. 568)\*\*\* Por outro lado, as melhores oportuni-

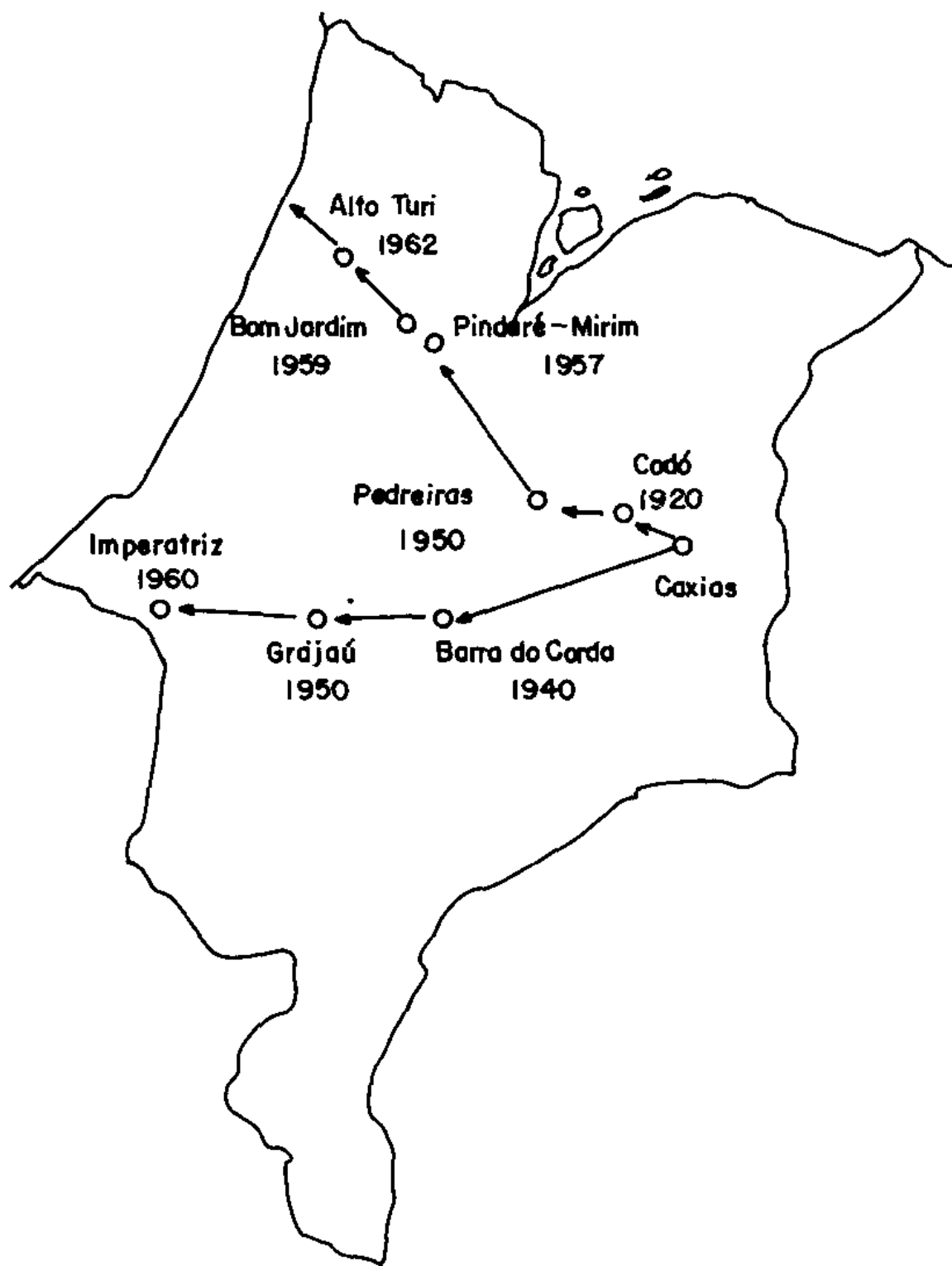
---

\* Ainda segundo Raimundo Lopes: “As explorações não se afastaram dos sulcos do Gurupi e do Grajaú. A nascente do Turiaçu é um mistério. A densidade das matas, as dificuldades de navegação, a hostilidade dos índios (até 1930) tem impedido não só o povoamento como o simples reconhecimento da terra”. Op. cit., p. 155.

\*\* Um caso de regressão da grande propriedade monocultora é estudado por DROULERS, 11 (pp. 115-33) A propósito do declínio da agricultura, Gerônimo Viveiros afirma: “Deixamos de produzir um dos gêneros de consumo e exportação — o açúcar —, decrescemos no algodão, nunca mais atingindo o costumeiro limite de sessenta mil fardos, paralisamos em relação ao arroz e apenas progredimos na mandioca e no milho, que eram gêneros de pouco valor”. Op. cit. p. 139. Com efeito, a produção de açúcar, que era de 16 mil toneladas em 1882, caiu para 105 toneladas em 1905; a produção de algodão no decênio 1889-1908 situou-se em torno de 33 mil sacos, quando, anteriormente, era de, aproximadamente, 60 mil sacos anuais.

\*\*\* O surto industrial, surgido do desfacelamento da atividade primária-exportadora, foi logo em seguida por ele sufocado. Além de capital de giro, faltou à indústria crescente um mercado interno. A situação foi agravada pelo Encilhamento, pois implicou duplicação da dívida externa dessas indústrias, contraída na compra de maquinaria.

**Carta 1**  
**Estado do Maranhão**  
**Vias de Penetração da Frente de Expansão Camponesa**



dades de investimento nas regiões açucareira e cacauera do Nordeste, bem como o isolamento econômico do Estado eliminavam toda possibilidade de imigração de capital.

No tocante à mão-de-obra, a sua escassez foi manifesta com a regressão da grande propriedade monocultora. Além disso, o excedente estrutural da força de trabalho regional, revelado com a grande seca de 1877, foi atraído pela região amazônica durante as últimas décadas do século passado e as primeiras deste.<sup>4</sup> Com o declínio do ciclo da borracha, inicia-se o fluxo de retorno daqueles que conseguiram escapar à malária e, sobretudo, à intensa e extrema exploração de sua força de trabalho. Só, então, o Maranhão tornou-se um pólo de destino alternativo e significativo para os fluxos rurais do Nordeste, principalmente para os procedentes do Piauí e do Ceará.

As “terras verdes” do Maranhão apresentaram-se aos olhos do camponês nordestino como uma Terra da Promissão, onde seria saciada a sua sede de chuva e mitigada a sua fome de terra e onde seria liberto da sujeição do trabalho alugado, do cambão e da parceria.

## 2. A OCUPAÇÃO DO OESTE: A FRENTE DE EXPANSÃO CAMPONESA

A dinâmica do povoamento e da ocupação do Oeste maranhense diferencia-se do modo como se processou a ocupação do solo nas fases anteriores da economia do Maranhão. Antes de tudo, esta diferenciação manifesta-se no sentido da penetração. Anteriormente, os fluxos dos rios determinavam a direção do avanço da ocupação do espaço. A expansão dos engenhos açucareiros, das fazendas cotonicultoras e rizicultoras deu-se ao longo dos vales do Pindaré, Grajaú, Mearim e Itapecuru. O que vale dizer, grosso modo, no sentido norte-sul.

O avanço da frente de expansão camponesa faz-se antes na direção leste-oeste, cortando perpendicularmente os cursos dos rios, o que comprova, segundo Orlando Valverde, que os rios não desempenham mais uma função econômica de importância capital.<sup>26\*</sup> A frente de expansão camponesa avançou em direção ao Oeste, seguindo, basicamente, dois caminhos

---

\* Com efeito, antes, era através deles que se transportava a produção do açúcar e do algodão até as cidades de fundo de estuário como Alcântara e Guimarães donde era embarcado em navegação de maior calado. Como, agora, a produção está voltada, basicamente, para a subsistência familiar e apenas o “excedente” sendo comercializado, reduz-se consideravelmente o papel econômico dos rios. Por outro lado, a abertura de novas estradas veio acentuar ainda mais o declínio da navegação fluvial.

(veja croqui n. 1): a) a primeira via de penetração orientou-se no sentido leste-noroeste, isto é, de Caxias até atingir a microrregião de Gurupi; em progressão lenta, porém contínua, esta frente móvel atingiu Codó, em 1920, Pedreiras, em 1950, Pindaré-Mirim, em 1957, Bom Jardim, em 1957, Alto Turi, em 1962, e, atualmente, áreas limítrofes com o Pará;<sup>1</sup> b) o segundo caminho segue um traçado leste-sudoeste; a partir de Caxias, esta frente atingiu Barra do Corda, na década de 40, (onde é fundado um núcleo de colonização), na década de 50 situou-se à altura de Grajaú e, através de uma estrada carroçável, alcançou Imperatriz no final dos anos 50.<sup>17</sup>

O espaço compreendido entre essas duas vias de penetração vem sendo ocupado, paulatinamente, tendo como principais pontos de apoio as cidades de Imperatriz, Pindaré-Mirim, Bacabal e Pedreiras. Várias cidades aí se desenvolveram a partir de pequenas aglomerações de camponeses (os centros), entre as quais algumas já possuíam, em 1970, mais de 5.000 habitantes, como é o caso de Bom Jardim e Santa Inês.

Vale lembrar que a penetração do Oeste antecedeu à abertura das grandes estradas. Porém, intensificou-se e aumentou a sua complexidade após a construção dos grandes eixos rodoviários que ligaram essa área maranhense ao restante do País.

Todavia, o que diferencia, fundamentalmente, os períodos anteriores da economia maranhense do início do atual período é o modo como se processa a organização da produção agrária. Naqueles, o objetivo era a geração de um "excedente colonial", o que determinou uma organização agrária erigida sobre a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. O que vale dizer, o capital mercantil criou um espaço colonial, fundado em relações de forma de produção pré-capitalistas que permitia a sua valorização. No início da fase atual, ao contrário, a ocupação e estruturação do espaço se processam a partir da produção de subsistência, donde a utilização da terra em pequenas parcelas e sua exploração pelo trabalho familiar. Pela primeira vez, no Nordeste, assiste-se a uma dominação da lavoura de subsistência em área tão extensa quanto a do Oeste maranhense, desenvolvendo-se independentemente da grande propriedade. Breve grito de independência do camponês nordestino que durou o tempo do despertar do interesse do capital!

## 2.1. OS FLUXOS MIGRATÓRIOS

O avanço da frente tem sido constantemente alimentado pelos fluxos migratórios que para lá se dirigem. Esses fluxos são compostos, preponderan-

temente, de migrantes de origem rural. Segundo o censo demográfico de 1970, a participação dos migrantes de origem rural no total dos migrantes recenseados naquele ano era de 80 por cento. Apesar de não se dispor desses dados para os anos de 1950 e 1960, pode-se supor que esse percentual deveria ser bem mais elevado, em virtude do menor grau de urbanização naqueles anos.

Quem são esses camponeses migrantes? Os imigrantes rurais no Maranhão são, na sua quase totalidade, camponeses sem terra: trabalhador-morador, trabalhador assalariado, parceiro, foreiro, pequeno posseiro, etc. Eles provêm, quase exclusivamente, do Nordeste: das áreas rurais de ocupação mais antiga do Maranhão, do Piauí, do Ceará e, em menor intensidade, dos outros estados da Região. Observa-se que, nos últimos anos, intensifica-se o caráter maranhense da frente de expansão, em detrimento do antigo caráter nordestino, isto é, declina a participação dos migrantes originários de outros estados do Nordeste em relação ao total dos migrantes.\* Essas reduções do grau de "nordestinidade" da frente devem-se, de um lado, ao melhoramento dos meios de comunicação entre o Nordeste e o Centro-Sul do país, que passou a atrair um número crescente de trabalhadores rurais nordestinos e ao "poder de atração" exercido pelos grandes pólos urbanos regionais, e, de outro lado, à própria dinâmica da frente que faz com que as áreas de ocupação mais antiga se convertam em pólos de expulsão. Embora os dados censitários não permitam identificar a zona de origem dos fluxos, algumas pesquisas constataam que os migrantes interestaduais procedem, preponderantemente, das regiões semi-áridas, máxime daquelas do Piauí e Ceará.

Esses dados, aliados ao fato de que os maiores fluxos para o Maranhão ocorreram na década de 50, quando aconteceram duas grandes secas (52/53 e 58), podem levar o observador à conclusão de que as condições climáticas adversas determinam, por si sós, a formação desses fluxos. Na verdade, não se pode negar que elas desempenham uma função causal, mas não como causa primeira. A monopolização da terra, as relações de trabalho aí vigentes, estas, sim, são os verdadeiros fatores de expulsão da população camponesa.

---

\* Segundo levantamento feito no fichário da COLONE em 1978, 57 por cento dos colonos registrados são procedentes de outras áreas do Maranhão, 26% do Piauí e 13% do Ceará. Apenas 4% procedem dos outros estados nordestinos. Esses dados são significativamente distintos (mesmo considerando-se que provêm de amostras bastante diferentes) daqueles levantados pela SUDENE em pesquisa exploratória na área do Projeto do Vale do Turi. Cf. DORNAS,<sup>10</sup>

A este respeito, Camargo lembra que as secas são fatores esporádicos, enquanto a organização agrícola do semi-árido é um fator permanente de expulsão.<sup>3</sup>

Pesquisas efetuadas nessa região maranhense revelam que o principal fator das migrações para o Maranhão é o monopólio da terra e as relações de trabalho que foram criadas e recriadas ao longo do processo de produção do espaço sócio-econômico do semi-árido nordestino. A fuga da sujeição, o desejo de ter um pedaço de terra próprio para trabalhar, a falta de oportunidades de trabalho e a apropriação monopólica da terra são as principais razões apresentadas pelos entrevistados como causa da migração.<sup>10</sup>

Os migrantes são, portanto, camponeses nordestinos que foram, de um lado, expulsos das terras de origem pela monopolização das terras e pelas relações de trabalho aí vigentes e, de outro lado, atraídos pela disponibilidade de terras existentes no Oeste do Maranhão. “No discurso dos nordestinos encontramos de recorrente sua representação como **lavradores** e homens sem terra que saem em caça da mata, para trabalhar. Mata adquire conotação de fertilidade e liberdade; é a ‘terra de comum’, ‘terra da nação’, terra livre que se contrapõe à terra do dono, onde para viver é preciso pagar renda (foro) e cuja fertilidade já foi exaurida e onde é necessário muito trabalho para pouco resultado, as colheitas partilhadas, além do mais, com o proprietário”.<sup>18</sup>

São migrantes que vêm promovendo a ocupação da porção Oeste do Estado, com avanços sucessivos na área de cobertura florestal. O adentramento na mata é feito seguindo picadas, caminhos fluviais e, mais recentemente, estradas. O posseiro é o elemento desbravador.

## 2.2. CARACTERÍSTICAS DA FRENTE CAMPONESA

O avanço do posseiro nas áreas de mata foi descrito por Helvécio Dornas como comportando quatro etapas: a) penetração na mata e instalação do posseiro e da sua família; b) derrubada da mata e preparação da roça; c) deslocamento da roça; d) abandono do centro em busca de nova área onde se instalar. A seguir é reproduzida a descrição do autor, de cada uma dessas etapas:

a) “o camponês chega à área, vindo a pé, de burro ou caminhão, sozinho ou com família e, praticamente, está desprovido de enxoval, às ve-

zes trazendo apenas sua muda de roupa e, em alguns casos, uma máquina de costura e facão. Procura-se localizar às margens dos rios, estradas ou caminhos, onde instala sua habitação primitiva de taipa, chão batido e cobertura de palha de babaçu;

b) uma vez instalado, derruba e queima uma área da mata, a qual pode trabalhar sozinho ou com a ajuda da família, onde planta arroz como cultivo comercial e feijão, milho e mandioca como artigos secundários, mais destinados ao consumo que à venda. Sua produção comercial é só o bastante para adquirir os artigos de que necessita para sua sobrevivência e que não produz (sal, açúcar, tecidos e querosene), passando, assim, anos e anos sem aumentar em nada seu poder aquisitivo e ainda, sem acumular poupanças, estando sempre no mesmo padrão de vida;

c) desloca seu roçado depois do segundo ano de exploração alegando queda de produtividade e de dificuldade para o crescimento do arroz, devido à presença do chamado capim-furão, que exige o trabalhoso esforço de limpeza periódica. Não usa adubos e instrumentos mecânicos de espécie alguma;

d) depois que a mata está bastante distante de sua casa, variando de cinco a quatorze km, desloca sua habitação, abandona o local para se fixar em outro, mais próximo à mata”.<sup>9</sup>

Dessa descrição, pode-se ressaltar alguns pontos relevantes do processo de expansão e de organização da frente camponesa, a saber: a) caráter, primordialmente, de subsistência da exploração agrícola; a lavoura comercial destina-se a permitir um suprimento de alimentos e demais bens não produzidos pelo posseiro; b) a terra é considerada um valor de uso e não de troca; c) baixo nível de capitalização do produtor, donde a adoção de técnicas produtivas rudimentares; d) grande mobilidade da frente de expansão camponesa. A seguir será analisado cada um destes aspectos:

**a) Terra como valor de uso** – Um dos aspectos mais marcantes para quem visita o Oeste maranhense é a relação existente entre o camponês e a terra. Para ele a terra é antes de tudo um valor de uso. Apossa-se da terra porque esta lhe permite a sua sobrevivência e a de sua família. Quando a fertilidade da terra onde instalou sua roça declina, ele procura nova gleba para explorar. Não existe, portanto, um vínculo permanente que lhe ligue à terra, a não ser a garantia da subsistência. O que importa não é a propriedade da terra (esta é abundante), mas o acesso a terras mais férteis que possibilitem maior produtividade. Apossa-se da terra mas não se apropria,



exatamente porque a terra para ele não se apresenta como um valor de troca, não se metamorfoseia em mercadoria. A posse da terra, condição necessária para a reprodução da economia camponesa, não passa pela mediação do mercado.

No discurso do camponês, as terras devolutas do Maranhão se apresentam como “terra do comum”, “terra da nação”. Isto é, a terra é um bem coletivo que não tem dono, podendo ser utilizada por todo aquele que dela necessita. A noção básica é que a terra é para trabalhar. Daí por que as regras de posse da terra nos centros não permitem que o camponês venda a outro a terra que ele desmatou, embora “ele adquira alguns direitos sobre a capoeira. Ela lhe pertence no sentido de que permanece disponível, podendo ser cedida a algum vizinho ou compadre no caso de necessidade”.<sup>25</sup>

A importância desse fenômeno é expressa pelo elevado percentual das terras ocupadas (21,1%), em 1970, época em que, como será visto a seguir, já se processava a superposição da frente de expansão capitalista sobre a frente de expansão camponesa. Se se considera, no entanto, a área mais antiga da frente, em 1950, (área e época de maior “pureza” da frente camponesa) este percentual eleva-se para 55,7%.

**b) Baixo nível de capitalização do produtor** — Os fluxos migratórios para a área de fronteira compõem-se, basicamente, de camponeses sem terra, desprovidos de qualquer recurso. O camponês chega, trazendo consigo além de poucos objetos de uso pessoal, alguns instrumentos rudimentares de trabalho. Portanto, a esse fluxo de trabalhadores não corresponde um fluxo de capital. Essa descapitalização inicial implicou a prática de uma agricultura itinerante de baixa produtividade, o que vale dizer a reprodução, na fronteira, dos mesmos processos produtivos adotados nas áreas de origem, adaptando-os às novas condições físicas.\* Por outro lado, a prática dessa agricultura de subsistência, aliada à expropriação do excedente pelo capital mercantil, tornou impeditiva a elevação do nível de acumulação da economia camponesa.

**c) Produção de subsistência** — Após a sua instalação no centro, ainda durante o verão (julho/dezembro), o camponês começa a preparar o terreno onde implantar a sua roça, num trabalho que comporta a broca, a derrubada, a queimada e a coivara. Com a chegada das chuvas, inicia-se o plantio. Plan-

---

\* Uma descrição pormenorizada das diversas fases do processo de trabalho é feita por DROULERS.<sup>11</sup>

ta-se o milho, o feijão, a mandioca e o arroz, o produto de maior expressão. O valor da sua produção representava, em 1970, cerca de 2/3 do valor da produção de lavouras.

Qual a destinação dessa produção? Uma parcela importante é guardada para garantir o consumo anual da família. Uma pesquisa em região vizinha à da frente de expansão mostra que uma família de caboclo, com seis pessoas, guarda, em média, para seu consumo anual, 750 kg de farinha de mandioca e 450 kg de arroz.<sup>11</sup> (pp. 63-82) Outra parte da produção é destinada à venda e ao pagamento das dívidas. Durante o período de instalação da roça, e mesmo durante o inverno, o camponês é obrigado a retirar no barracão do centro os alimentos (arroz, açúcar, sal, etc.), outros produtos de que necessite (sabão, fósforo, querosene, etc.) e algum remédio em caso de doença.\* Essa dívida é paga logo no início da colheita, normalmente em arroz, o que vale dizer, com o produto mais importante, quando este atinge o mais baixo preço. Por vezes, após o pagamento das dívidas não sobra nada ao camponês para o consumo familiar. Recomeça, então, todo o processo de endividamento. Pagas as dívidas e feito o suprimento do consumo familiar anual, o que sobra é vendido, a fim de poder adquirir aqueles bens que ele não produz. Donde se pode dizer que tudo o que é produzido é consumido, direta ou indiretamente, não existindo possibilidade de poupança. Com efeito, como o sobretrabalho é apropriado pelo capital mercantil, via comercialização do arroz, a possibilidade de capitalização é, praticamente, nula. A reprodução ampliada da frente componesa só é possível pela incorporação de mais trabalho e mais terra.

Essa agricultura de subsistência baseada no trabalho familiar é, frequentemente, considerada ineficiente e degradadora dos recursos naturais.\* \* Quanto à acusação de ineficiência, deve-se lembrar que o principal responsável pela elevação da renda interna do Maranhão foi, exatamente, o crescimento das lavouras de subsistência. Essa expansão provocou, até mesmo, uma mudança na estrutura da produção agrícola com o declínio relativo das cultu-

\* As doenças mais comuns são malária, gripe, hepatite, hidropsia, lepra e tuberculose cf. CONCEIÇÃO.<sup>7</sup>

\*\* "Até aqui a transamazônica deu ênfase à colonização, mas a necessidades de evitarmos uma ocupação predatória, com um subsequente processo de desmatamento, e a de provermos a manutenção do equilíbrio ecológico nos levam a convidar as grandes empresas a assumir a tarefa de desenvolver esta região". Texto do discurso de Reis Veloso, Ministro do Planejamento do Governo Médici, em setembro de 1973, a um grupo de empresários. Apud CARDOSO, & MULLER,<sup>4</sup> p. 158.

ras industriais e do extrativismo vegetal. Além disso, a produção camponesa tornou-se essencial ao abastecimento urbano regional. Se a produção camponesa, apesar das técnicas rudimentares adotadas, conseguiu impor-se na formação da renda estadual, de que seria capaz se houvesse uma política de apoio técnico e financeiro à sua expansão? No que concerne à acusação de devastadora de recursos naturais e degradadora do meio ambiente, duas reflexões se impõem: em primeiro lugar, deve-se considerar que, embora o camponês destrua a floresta para implantar a roça, o sistema de descanso durante 6 a 8 anos (formação de capoeiras), até certo ponto, permite a renovação do solo; enquanto nas grandes propriedades, após o desmatamento, são implantados os pastos, com efeitos nocivos sobre a preservação dos solos. Em segundo lugar, a devastação da floresta realizada pelo camponês é bem menor do que a resultante da implantação das grandes empresas. Não é na frente camponesa que se encontram os grandes tratores, as serras mecânicas e... por vezes, o napalm. Dessa forma, só muita inocência (ou interesses escusos) poderia acusar a frente camponesa da degradação ecológica da Amazônia que se vem processando. Ela é antes a vítima da grande ação devastadora realizada pelas grandes empresas, financiadas com o dinheiro público sob o eufemismo de "incentivos fiscais e creditícios".

d) **Mobilidade da frente** — O próprio processo de trabalho implica constante avanço da frente de expansão camponesa. Uma vez declinante a produtividade do solo, o camponês é obrigado a deslocar-se em busca de terras mais férteis. Desse modo, é difícil encontrar um migrante que não tenha passado por várias etapas migratórias sucessivas. Porém, a imobilidade do trabalho não está ligada, exclusivamente, ao processo de trabalho. Ela é, também, determinada pelo processo de expropriação do camponês. Os dados da Tabela abaixo exemplificam a intensa mobilidade do camponês na frente de expansão. Mais da metade dos migrantes passou, no mínimo, por três etapas migratórias.

TABELA 1  
Área do Projeto de Colonização do Alto Turi  
Origem e Etapa das Migrações

Etapas	Nº de Resid. a Partir do Lugar de Nascimento						Total	%
	1	2	3	4	5	6		
Origem								
Maranhão	45	70	56	34	13	12	230	57
Piauí	11	36	29	18	5	7	106	26
Ceará	7	12	11	13	5	4	52	13
Resto do NE	—	3	6	2	4	2	16	4
Total	63	121	112	67	27	25	404	100
%	15%	30%	25%	16%	7%	7%	100%	

A esse propósito escreve Helvécio Dornas: “é de se notar que grande porcentagem dos imigrantes passou por várias experiências migratórias, localizando-se em várias regiões temporariamente, até atingir a nova e última fase pioneira. Indagados sobre a razão de tal procedimento, dizem que se deslocam em vista do açambarcamento das terras outrora livres, depois do registro forjado por grileiros que têm acesso à máquina administrativa do Estado, os quais procuram obrigar o imigrante e colonizador ao espoliativo processo da meação do qual foge se deslocando. Às vezes, a fuga se dá depois de atritos violentos; outras vezes após indenização da área cultivada. Assim, as outras áreas pioneiras de colonização do Maranhão, hoje podem ser relacionadas de acordo com as respostas obtidas, como sendo zona do Itapecuru, Baixo Mearim e Pindaré que são áreas de passagem do imigrante nordestino em busca de terras livres”.<sup>9\*</sup>

Em suma, a mobilidade da frente de expansão camponesa é, inicialmente, determinada pelo processo de trabalho adotado e, em seguida, pelo processo de expropriação do camponês pela frente de expansão capitalista, o que será objeto de uma análise mais detalhada na próxima seção.

### 2.3. ECONOMIA CAMPONESA E ECONOMIA DE MERCADO

Pelo exposto, vê-se que a frente de expansão camponesa, embora produza grande parte dos bens necessários à manutenção da força de trabalho familiar, guarda certa dependência em relação à economia de mercado. Isto é, a sua reprodução depende, até certo ponto, das articulações que mantém com o modo de produção dominante. Ao mesmo tempo, a frente de expansão camponesa contribui para a valorização do capital.

De modo geral, a articulação da frente camponesa com a economia de mercado se processa através dos seguintes mecanismos: comercialização do “excedente”; provisionamento de instrumentos de trabalho e determinados bens manufaturados; fornecimento de bens alimentares a baixo preço; preparação das terras para o grande capital e fornecimento de mão-de-obra. A seguir são examinados esses mecanismos:

---

\* A esse respeito Keller escreve: “Mas a terra de mata, embora fértil, o é transitoriamente. No universo do lavrador a transitoriedade é uma constante. E é por isso que em sua história de vida não há marcos temporais mas espaciais: ele saiu de um local x para outro y e desfila toda uma série de deslocamentos de povoados e centros agrupados por regiões, critério mais abrangente. . . onde o deslocamento é mencionado por regiões: Itapecuru, Mearim, Japão, Pindaré, Grajaú”. Cf. KELLER,<sup>18</sup> p. 699.

a) **Comercialização do “excedente”** — Já foi visto que a parcela do produto não consumida diretamente pela unidade familiar é levada para o mercado, nele se realizando como mercadoria. Sua comercialização permite ao camponês adquirir os bens não produzidos na frente. O “excedente” compõe-se, principalmente, do arroz e outros produtos (milho, mandioca, feijão) que ocupam uma posição secundária.

A comercialização do arroz envolve longa cadeia de intermediários, que possui no mínimo 7 elos: produtor, quitandeiro, dono de caminhão, usineiro, comerciante grossista, comerciante varejista, consumidor. Esse processo de intermediação implica o rebaixamento do preço pago ao produtor que é inferior entre 6 a 10 vezes ao preço pago pelo consumidor. Nessa cadeia, o controle do preço está nas mãos do usineiro, pois é quem tem acesso ao crédito na rede bancária, repassando-o ao caminhoneiro e ao quitandeiro.

A comercialização do arroz realiza-se de três formas: a) empréstimo de mercadoria — o camponês adquire mercadorias no barracão para pagar com arroz no momento da colheita; b) empréstimo de dinheiro — para fazer face às despesas de manutenção da família e do preparo da roça, o camponês vende a sua produção antecipadamente (venda na folha); c) venda do excedente após a colheita — uma vez pagas as contas, o “excedente” é vendido ao quitandeiro ou caminhoneiro. Estes últimos entregam, por sua vez, o arroz aos usineiros a que estão ligados, para ser realizado o beneficiamento do produto.

Os comerciantes dos centros e os donos de caminhão constituem ligação entre a frente camponesa e a economia de mercado, enquanto representantes do capital comercial. Em virtude da dispersão da produção (muitos produtores, cada um produzindo pequena quantidade), o capital comercial desempenha o papel de coletor da produção. E, neste particular, ele desempenha função importante na reprodução da economia camponesa, já que sem a sua interferência a produção do camponês não disporia de meios para chegar ao mercado e, portanto, tenderia a diminuir.\* A importância dos comerciantes é reconhecida pelos camponeses que os denominam de “força dos centros e dos povoados”.

Porém, se de um lado, o capital comercial viabiliza a reprodução da frente camponesa ao estabelecer a sua ligação com a economia de mercado,

\* Em outras regiões, o isolamento da economia camponesa em relação ao mercado levou à sua regressão e posterior abandono da área. Cf. CUNHA.<sup>8</sup>

de outro, impede a elevação do nível de acumulação da frente ao se apropriar do sobretrabalho. Isto é, os comerciantes são a “força dos povoados” porque a sugam da força de trabalho camponesa.

Qualquer que seja a modalidade da venda do seu “excedente”, o produtor não interfere na determinação do preço, que é ditado pelo comprador. É, exatamente, através do controle dos preços que o capital comercial se apropria do sobretrabalho gerado na frente de expansão camponesa: de uma parte, elevando o preço das mercadorias que vende e, de outra, rebaixando o preço do arroz no momento da colheita. O depoimento abaixo mostra como este mecanismo de extração do sobretrabalho é percebido pelo camponês: “quando já tem arroz maduro, eles começam a cochichar uns com os outros, os comerciantes: ‘rapaz nós temos que receber as contas que nós temos aí, vamos baixar o arroz, é preciso baixar para tirar o lucro das mercadorias’. Aí se o arroz naquele tempo é Cr\$ 60,00, eles baixam para Cr\$ 40,00. Ele diz: ‘não, a baixa vem de Bacabal, de São Luís’. É o tempo que eles vendem pouca mercadoria por muito dinheiro e querem muito arroz por pouco dinheiro”.\*

Em suma, o capital comercial, via comercialização do excedente, desempenha duplo papel: 1) estabelece a ligação da frente com a economia de mercado, favorecendo a sua reprodução; 2) expropria o sobretrabalho gerado, não permitindo a elevação do nível de acumulação da frente camponesa.

**b) Aprovisionamento de instrumentos de trabalho e de bens manufaturados de consumo** — A frente de expansão camponesa não produz todos os bens de que necessita. Determinados bens de consumo (fósforo, sal, querosene, açúcar, tecido, etc.) bem como os instrumentos de trabalho provêm do exterior da frente pela intermediação dos pequenos comerciantes. O aprovisionamento, como já foi visto, é feito, no mais das vezes, a crédito. Trata-se, na verdade, de um empréstimo duplamente vinculado: à venda do “excedente” e ao aprovisionamento. Essa dupla vinculação resulta no principal mecanismo de exploração da frente camponesa pelo capital comercial. Porém, o quitandeiro não é o “vilão” da história. É apenas o elemento de contato entre as duas economias. Ele próprio está subordinado, uma vez que é financiado pelos donos das usinas de arroz, pelos comerciantes das cidades, pagando-lhes elevados juros. É a roda grande que, ao passar pela pequena, extrai toda possibilidade de reprodução ampliada, ou, antes, faz com que mesmo a reprodução simples seja dela dependente.

\* Apud KELLER.<sup>18</sup>

c) **Fornecimento de produtos alimentares** — O “excedente” da produção camponesa garante o abastecimento alimentar das cidades e vilas localizadas na frente, bem como é exportado (sobretudo o arroz) para outras cidades nordestinas e do Centro-Sul do país.<sup>26</sup> O baixo preço dos produtos\* torna-os acessíveis às camadas mais pobres da população urbana, contribuindo para reduzir os custos de reprodução da sua força de trabalho. Dessa forma, a frente camponesa é um dos elementos que possibilita “suavizar” a política de achatamento salarial, peça fundamental do modelo econômico brasileiro.

d) **Preparação da terra para o grande fazendeiro** — Quando o camponês se instala, derruba a mata e prepara o terreno para plantar a sua roça. Poucos anos depois parte em busca de nova área de mata, pressionado quer pela diminuição da fertilidade do solo quer pelo açambarcamento de sua posse pelos grileiros. Não importa qual a razão do deslocamento. Ele deixa para trás uma terra valorizada pelo seu trabalho. Os novos donos, o grande fazendeiro ou a grande companhia, apropriam-se não só da terra como também do “trabalho passado” do camponês. A apropriação da “terra trabalhada” permite-lhes a redução dos custos de instalação das fazendas de gado, garantindo-lhes a ampliação da margem de lucro.

e) **Fornecimento de força de trabalho** — Além das formas supracitadas, a frente camponesa articula-se também com a economia de mercado enquanto fornecedora de mão-de-obra. Para a implantação das fazendas de gado, o capital lança mão da força de trabalho camponesa, na qualidade de trabalhador assalariado temporário. Quando o camponês não consegue tirar da terra o sustento familiar, ou quando é expropriado de seu pedaço de terra, vê-se obrigado a vender a sua força de trabalho. “É a necessidade que leva o trabalhador a vender sua força de trabalho. . . Quando não consegue vender no seu lugar, ele vai pelo mundo à procura de um patrão. E quando ninguém quer comprar seu trabalho, o caboclo endoidece”.<sup>7</sup> (p.29) No mais das vezes, os trabalhadores são contratados por um preposto das fazendas — o “gato” — que os conduz para as fazendas. As despesas de transportes são registradas como dívidas do trabalhador. Nas fazendas, é submetido a um regime de extrema exploração. Além dos baixos salários, dos altos preços das mercadorias compradas

---

\* Duas ordens de fatores explicam os baixos preços dos produtos de frente camponesa no mercado consumidor: a qualidade inferior do produto e a organização do processo de trabalho. Quanto ao último fator, tem-se que o objetivo primeiro é a subsistência da força de trabalho familiar. Não há qualquer tipo de cálculo econômico para determinação do custo de produção. Por isto, o camponês “aceita” o preço imposto pelos comerciantes. Ele continua a produzir, não porque o preço recebido cubra ao menos os seus custos fixos, mas, simplesmente, por uma questão de sobrevivência.

nos barracões, das longas jornadas de trabalho, o trabalhador, não raramente, é submetido a castigos físicos, sendo a fuga impedida pela força paramilitar de cada fazenda.<sup>17\*</sup> Essa força de trabalho arregimentada é de capital importância para a implantação das fazendas de gado. Mesmo nas áreas de ocupação mais antiga, onde já se processa a estratificação fundiária com dominação da grande propriedade pecuarista, é da mão-de-obra familiar das pequenas propriedades que se vale a grande propriedade em momento de pique de demanda da mão-de-obra.

Por outro lado, não é só para as grandes propriedades rurais que a economia camponesa serve de reservatório de força de trabalho. Ela supre também a oferta de trabalho dos centros urbanos regionais. De fato, parcela dessa força de trabalho, quando expulsa do campo, dirige-se para as cidades, contribuindo para a ampliação do setor "marginal" da economia urbana.<sup>18</sup> (p.684)

Esses mecanismos de articulação não são simplesmente elementos que garantem a reprodução da economia camponesa da frente de expansão agrícola do Maranhão. São também elementos de desorganização e posterior fechamento da frente de expansão camponesa, à medida que possibilitam a dominação capitalista, passo inicial para a apropriação da terra pelo capital e transformação do camponês em assalariado.

#### 2.4. DA FRENTE DE EXPANSÃO CAMPONESA À FRENTE DE EXPANSÃO CAPITALISTA

A frente camponesa do Maranhão está inserida numa ampla área de economia de subsistência que compreende, além do Oeste maranhense, o Sudeste do Pará, o Norte de Goiás e o Nordeste do Mato Grosso. Se bem que o início do povoamento de cada uma dessas regiões esteja ligado à exploração de diferentes atividades econômicas, a fixação do povoamento se deu com a exploração de uma agricultura baseada no trabalho familiar, na produção de subsistência e na posse da terra pela unidade familiar de produção.

Por outro lado, a ocupação do Oeste maranhense diferencia-se do padrão de ocupação do Noroeste do Paraná, do Sul de Goiás e da porção meridional do Mato Grosso do Sul. Nessas áreas, o povoamento se individualizou pelos seguintes traços: a) a ocupação é reflexo da economia paulista; desde

\* Alguns autores chegam mesmo a identificar esta nova relação de trabalho regionalmente chamada de peonagem, como "uma espécie de nova e espúria escravidão". Cf. ESTERCI.<sup>14</sup>



o início estão integradas à economia de mercado, sendo a sua produção uma produção de mercadorias; b) elevado nível de capitalização, expresso tanto pela propriedade privada da terra quanto pelo nível de mecanização do processo produtivo; c) presença significativa de médias propriedades na sua fase inicial; d) as companhias de colonização, quer privadas quer governamentais, desempenharam um importante papel na organização e estruturação nas atividades econômicas; e) concentração, em etapa posterior, dos antigos lotes coloniais dando origem à grande propriedade, voltada, via de regra, para a pecuária e para a lavoura de exportação.

A literatura sobre a expansão agrícola no Brasil distingue esses dois processos, chamando o primeiro de frente de expansão e o segundo de frente pioneira.<sup>21</sup> Neste trabalho, prefere-se chamar o primeiro processo de frente de expansão camponesa e o segundo de frente de expansão capitalista competitiva.

A partir dos anos sessenta, pode-se falar em um terceiro tipo de frente de ocupação: a frente de expansão capitalista monopolista. Essa frente caracteriza-se: a) pela formação de grandes propriedades através da distribuição "generosa" de grandes extensões de terras devolutas, qual novo sistema de capitania hereditária, pela expropriação e expulsão dos posseiros e indígenas;\* b) pela obtenção de recursos públicos para a instalação das fazendas através dos incentivos fiscais e creditícios; c) pela sua exploração voltada para a lavoura de exportação e para a pecuária; d) pela extrema exploração da força de trabalho; e) pela presença significativa do capital estrangeiro, desnacionalizando o único meio de produção que ainda há pouco permanecia, quase que integralmente, como propriedade de nacionais.\*\*

A frente de expansão capitalista monopolista, superpondo-se à frente de expansão camponesa, estende-se sobre os "espaços vazios amazônicos",

\* Dos 341 projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, até 1976, 86 têm menos de 10 mil hectares, 143 entre 10 e 25 mil hectares, 87 têm entre 25 e 50 hectares, 19 entre 50 e 100 mil hectares e 6 têm mais de 100 mil hectares. Cf. IANNI,<sup>16</sup> pp. 80-81.

\*\* "A ocupação de terras por estrangeiros chegou a 36,8% no Amapá, mais de 10% na Bahia e 3,5% em Goiás. Em Minas Gerais, apenas uma empresa estrangeira, ligada à comercialização de carne bovina, ocupa cerca de 5% do Estado. Em 10 anos, entre 1966 e 1976, a SUDAM aprovou incentivos fiscais para 29 projetos de empresas que possuem nomes nacionais, mas participação ou controle acionário de empresas estrangeiras. As empresas estrangeiras que controlam ou participam de seu capital são dos Estados Unidos (15), Japão (7), Inglaterra (2), Suíça (1), Panamá (1)". Cf. IANNI,<sup>16</sup> p. 123.

fechando a fronteira agrícola **por dentro** (pela expropriação dos camponeses) e **por fora** (apropriando-se das terras ainda não atingidas pela frente de expansão camponesa). Essa nova frente vem sendo responsável pela ocupação dos chamados “espaços vazios amazônicos”, ocupação essa acionada como política governamental de integração nacional, sobretudo a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Da superposição era inevitável o conflito pela terra. Esse conflito é alimentado por dois processos básicos, intimamente relacionados: a) **valorização da terra** – com a construção dos grandes eixos rodoviários, a partir do governo Kubitschek (1956-1960), processa-se a integração física e econômica da área, onde se expandia a frente camponesa, à economia nacional. Com a integração dessa área à economia de mercado, valoriza-se a terra, que se metamorfoseia em mercadoria, dando origem à grilagem e à especulação fundiária; b) **expropriação do produtor direto**, no caso o posseiro, como condição necessária para a consolidação da propriedade capitalista da terra, o que vale dizer, para a subordinação da força de trabalho ao capital e para a transformação da terra em capital.

Importa ressaltar que essa expropriação selvagem (valendo-se do engodo, do fogo e da bala) não representa um desvio de comportamento de alguns indivíduos, mas é um comportamento social à medida que é assumido por uma classe, com o reforço e a garantia do Estado, através dos incentivos fiscais e creditícios, da proteção policial e, em muitos casos, da impunidade judiciária.

Dizendo de outra forma, o conflito resulta de duas óticas diferentes: a) para a frente camponesa, a terra apresenta-se, antes de tudo, como um meio de produção de valores de uso (o “excedente” se realiza como mercadoria no mercado); devido à extensão de terras devolutas e ao ritmo de progressão da frente, a terra era considerada um bem praticamente ilimitado, e, portanto, não havia necessidade de sua titulação; e, depois, para que este título se uma vez esgotada a fertilidade do solo, a frente deveria avançar sobre a área da mata?; na frente de expansão é o trabalho que subordina a terra às necessidades de reprodução da força de trabalho familiar, isto é, a utilização da terra é regida pelas “leis” de subsistência da unidade familiar; b) na frente monopolista é o capital que subordina a terra às suas necessidades de reprodução e acumulação, transformando-a em capital produtivo e/ou especulativo; a terra passa a ser regida pela lei do lucro; as terras do sem-fim, por um passo de mágica do capital, tornaram-se escassas de um momento para outro; não se trata mais de apoderar-se de 5 ou 10 hectares para implantar uma

roça, mas de açambarcamento de grandes extensões para a implantação de empresas agropecuárias.

Na luta pela terra, opõem-se: ora grandes proprietários entre si, ora grandes proprietários e índios, ora posseiros e índios, ora grandes proprietários e posseiros. A atenção desse trabalho está voltada para o último título de confrontação.

No conflito entre grande proprietário e camponês, o confronto, via de regra, não se dá de forma direta. É estabelecido através de uma série de mediações, sendo o grileiro a principal entre elas. No processo de transformação das posses em propriedades privadas, o grileiro é a categoria social que expressa a atuação, sutil ou abertamente, da violência que cerca e acompanha a expropriação do posseiro.

O grileiro pode ser alguém de fora da frente (comerciante, usineiro, proprietário, companhias emissoras de títulos falsos etc.), como alguém de dentro da frente (camponês, quitandeiro etc.). Pode ser tanto alguém de poucos recursos quanto um grupo estruturado com disponibilidade financeira. Qualquer que seja o tipo de grileiro, dois traços são comuns a todos eles: a violência e o jogo de influências que lhes permitem acesso ao aparato burocrático.

Segundo o objetivo imediato do grileiro, podem-se identificar quatro tipos de grilagem:

- a) grilagem para expropriação imediata da terra — o grileiro se diz proprietário de uma área já beneficiada pelo trabalho dos posseiros e, através da violência, tenta expulsá-los;
- b) grilagem para expropriação do sobretrabalho — o grileiro se diz dono da terra e, com ajuda de jagunços obriga os posseiros ao pagamento da renda. Embora a expulsão não seja o objetivo imediato, muitas vezes, o camponês termina por abandonar a terra;
- c) grilagem para especulação — o grileiro apropria-se de terras ainda não atingidas pela frente, preservando-as para venda posterior. Diferentemente dos tipos anteriores em que a grilagem se fazia dentro da frente, neste caso a grilagem caminha na vanguarda da frente, caracterizando o seu fechamento **por fora**:

- d) grilagem para comercialização das capoeiras — o grileiro, conhecedor das áreas onde existem terra devolutas, troca os lotes onde o camponês cultivava a sua roça, cuja fertilidade já esteja declinante, por outro lote em área de floresta. Então, ele vende a capoeira deixada pelo camponês. Trata-se, na verdade, de uma grilagem **de dentro** e que caminha na retaguarda da frente.

Os métodos utilizados pelos grileiros variam desde a mentira até à violência. Uma das primeiras atividades do grileiro é obter algum “documento” que ateste a sua autoridade ou a sua propriedade. Para isso, falsifica títulos de posse, registros de cartórios, obtém sentenças de usucapião sobre áreas onde já exista alguma benfeitoria etc. A fim de obter tais documentos, o grileiro conta com a conivência de elementos do aparelho político-administrativo, daí por que o grileiro deve dispor de contatos e influência nos diversos níveis da máquina burocrática estatal.

Uma vez obtido o título de propriedade, começa a luta pela expulsão do posseiro, onde se utilizam vários meios:

- a) oferece uma pequena indenização ao posseiros;
- b) coloca animais no roçado do posseiro para destruir o plantio;
- c) dificulta e bloqueia a passagem do posseiro pelos seus caminhos habituais a fim de dificultar a comercialização do “excedente”;
- d) coloca fogo na roça e na casa do posseiro;
- e) semeia capim na roça para impedir o crescimento da lavoura;
- f) envia homens armados para amedrontar o posseiro e obrigá-lo ao pagamento da “renda”;
- g) expulsa o posseiro com a ajuda de jagunços e, não raramente, de policiais;
- h) intimida e assassina posseiros, líderes sindicais e advogados que defendem os camponeses.

À violência dos grileiros, os camponeses respondem ou pelo abandono da área ou pela organização de uma resistência. No primeiro caso, abandonam a roça, a casa, a criação (com ou sem indenização) e dirigem-se para as cidades ou vão em busca de outras terras devolutas. No entanto, como as terras livres tornam-se cada vez mais raras, aumenta a resistência camponesa. Esta faz-se, freqüentemente, pela mediação do sindicato, através do qual entram com a questão na justiça e, ao mesmo tempo, decidem não abandonar a terra. Contudo, a lentidão e a onerosidade do processo na justiça terminam por obrigar o camponês a capitular. A “neutralidade” da justiça favorece o capital.\* São raros os casos em que, ao final do processo, o camponês vê assegurado o seu direito de posse. Em outros casos, os posseiros tentam uma reação violenta. Quando isto acontece, o grileiro dispõe de mais um argumento para invocar o socorro policial.\*\*

Nesse conflito, o Estado situa-se, inequivocamente, do lado do grande capital. O posicionamento do Estado exprime-se: pela opção explícita do II PND de promover a ocupação da Amazônia pelas grandes empresas agropecuárias; pela política de incentivos fiscais e creditícios; pela venda de grandes extensões de terra a baixos preços; pelo envio de tropas policiais para a manutenção da ordem capitalista; pelo longo e complicado processo de titulação das terras etc. Tudo isso sem contar com os arranjos extra-institucionais colocados em prática.

Desse conflito entre desiguais, resulta a expropriação dos meios de produção da frente camponesa pelo capital. Mais uma vez o camponês é desarraigado da terra.

No caso específico do Maranhão, os fazendeiros “sulistas” começaram a chegar no início dos anos 60. Com a construção da estrada Belém-Brasília, toda a área situada ao Norte de Imperatriz, até então em completo isolamen-

---

\* Os grileiros, prepostos das grandes firmas, contam com advogados, com transporte rápido para se deslocarem nos dias de audiência, de recursos financeiros, com influências políticas etc. Os posseiros, ao contrário, não dispõem de nenhum desses recursos. Na verdade, a “neutralidade” da Justiça consiste em jogar o mesmo peso sobre um jarro de ferro e sobre um jarro de barro. O resultado é conhecido.

\*\* No final dos anos 60, foi iniciado, no vale do Pindaré, um movimento de resistência dos camponeses sob a liderança de Manoel da Conceição. A mobilização dos camponeses iniciou-se através da ação sindical. Progrediu para uma mobilização em torno da comercialização autônoma da produção e destruição das cercas feitas pelos grileiros. Chegou até a exprimir-se em termos políticos. A partir de então o movimento enfrenta a reação policial e, com o aprisionamento do seu líder, é reprimido.

to e coberta de mata, tornou-se disponível e passou a atrair um fluxo de fazendeiros. A princípio fazendeiros procedentes da Bahia e de Minas Gerais, atraídos pela abundância de terras a baixos preços. Via de regra, vendiam suas propriedades e com o dinheiro obtido podiam adquirir e instalar fazendas bem maiores do que as que possuíam nos seus estados de origem.\*

No restante das terras da pré-amazônia maranhense, o afluxo de fazendeiros e de grandes firmas, procedentes dos demais Estados do Nordeste, na sua maioria, processou-se após a construção da BR-316 que liga São Luís a Belém e da BR-322 que liga Santa Inês a Açailândia.

É verdade que o fenômeno da grilagem não apareceu na década de 60. Já existia anteriormente.<sup>24</sup> Porém, a intensificação e a multiplicação dos conflitos ocorrem a partir dos anos sessenta com a abertura das estradas. Não foi só a valorização das terras após a construção das estradas o único elemento responsável pela multiplicação e acirramento dos conflitos. As políticas adotadas tanto pelo Governo Federal quanto pelo Governo Estadual aí desempenharam um papel de primeira ordem, enquanto suporte e reforço ao avanço da frente de expansão capitalista monopolista.

No plano federal, a política de incentivos fiscais desempenha papel de destaque na atração do grande capital. A política de incentivos fiscais é, na verdade, uma política de subsídio ao capital. Este mecanismo é secundado por uma política de crédito subsidiado à pecuária, além de outros arranjos institucionais e extra-institucionais colocados em prática com o objetivo explícito de garantir um “clima de ordem” capaz de assegurar o “direito” de reprodução do capital.

Essas políticas do Governo Federal, objetivando a atração e o apoio à expansão capitalista na agricultura da região amazônica, encontraram respaldo e continuidade na política agrária do Governo do Maranhão. Apesar da indefinição e da contradição que caracterizam as medidas adotadas pelo Governo do Estado, em face das terras devolutas do Estado, é indiscutível a tendência de favorecer a grande empresa.

---

\* Os motivos alegados pelos fazendeiros baianos e mineiros para explicar a vinda para o Maranhão são: a) “a existência de terras disponíveis para a formação de extensas fazendas em regiões ligadas por rodovia federal a um grande centro consumidor em expansão, Belém, e ao sudeste do país”; b) como o alqueire de terras atingia preços elevados na Bahia, em Minas e em Espírito Santo, “. . . o deslocamento para o Maranhão significava, portanto, a possibilidade de situar uma fazenda várias vezes maior e mais produtiva com o capital obtido na venda de terras valorizadas”. Cf. Keller. Op. cit. p. 694.

A criação da Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), em 1972, e a sua implantação, são um exemplo eloquente. Quando de sua instalação, a COMARCO tinha 3 objetivos operacionais: a) instalar dez mil famílias em lotes de 25 ha, concedendo-lhes o título de propriedade após a efetiva colonização do lote; b) regularizar a situação dos posseiros já existentes na área; e c) implantar grandes propriedades de três mil hectares.<sup>19</sup>

O viés da implantação do projeto, favoravelmente à grande propriedade, é manifesto: a) pela posterior redução do número de famílias camponesas que deveriam ser instaladas — de 10 mil famílias previstas inicialmente, o projeto é redefinido para 3.500, e da redução da área destinada aos colonos; b) pela lentidão da distribuição do título de propriedade aos posseiros; c) pela ampliação dos lotes destinados às empresas agropecuárias — de três mil passa para 50 mil a área máxima permitida.<sup>11</sup> Este viés é observável no mapa 1, onde se pode constatar a desproporção entre a quantidade das terras dedicadas às grandes empresas em comparação com a dedicada ao pequeno colono.\*

Portanto, com o apoio financeiro-político-policia do Estado, o capital avança sobre a frente camponesa, expropriando-a e destruindo-a. Esse avanço se faz rapidamente. O caso do município de Imperatriz é bem característico.

Até a construção da estrada Belém-Brasília, grande parte da superfície do município de Imperatriz era constituída de terras devolutas, cobertas de mata. Em 1972, segundo o cadastro do INCRA, a superfície das propriedades que fizeram declaração atingia 1,4 milhão de hectares. Vale salientar que esse total é superior à área do município (cerca de 1,3 milhão de hectares), o que evidencia o fenômeno de superposição de propriedades decorrentes da grilagem. Das 3.304 propriedades declaradas, apenas 23 tinham área superior a 5 mil hectares. No entanto, essas 23 propriedades que representam menos de 0,7 por cento do número de propriedades, detinham 488 mil hectares, isto é, mais de 1/3 do total das terras declaradas.<sup>15</sup>

O avanço acelerado da frente monopolista sobre a frente camponesa vem determinando o fechamento da fronteira ao camponês e multiplicando os conflitos pela posse da terra. Segundo documento publicado pelo Jornal do Brasil, havia, em 1978, conflitos em 18 municípios, todos eles situados

\* Além de favorecer a grande empresa, a venda de terras pela COMARCO sem legalização dos títulos contribuiu para agravar a questão fundiária, cf. CAVALCANTI.<sup>6</sup>

na pré-amazônia maranhense, entre os quais pode-se citar: Santa Luzia, Santa Inês, João Lisboa, Pindaré-Mirim, Imperatriz e Monção.<sup>2</sup> Deve-se lembrar que essas zonas de conflito situam-se sob a influência das estradas Belém-Brasília, São Luís-Belém, Santa Luzia-Açailândia, assim como dos vales dos rios Mearim e Pindaré-Mirim.

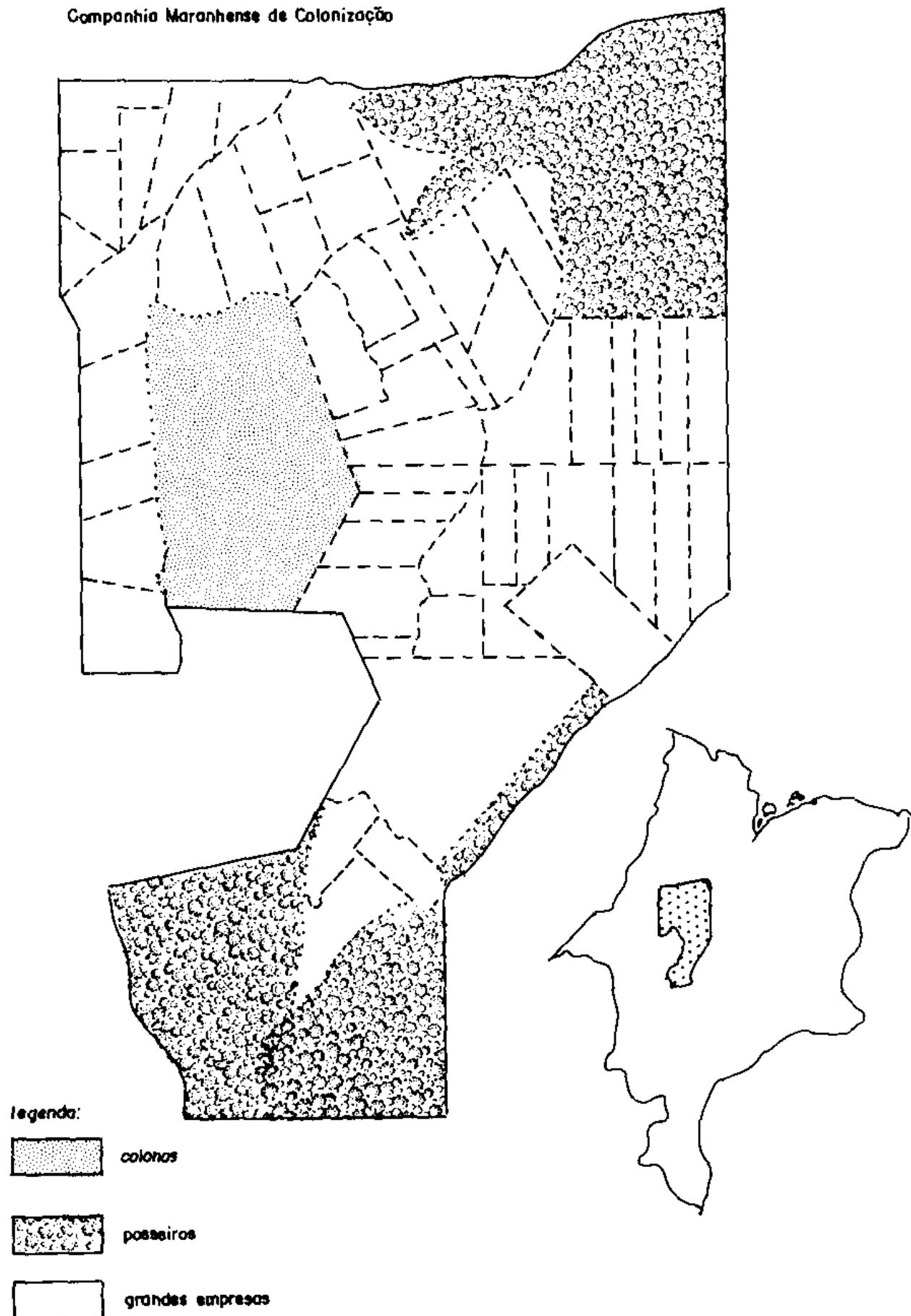
O fechamento da frente camponesa, por outro lado, traz sérios reflexos sobre a economia da região, não só porque expulsa do campo parte do campesinato que irá engrossar o caudal dos miseráveis urbanos<sup>15</sup> (pp. 163-68) como por reduzir a produção das matérias-primas que abastecem as indústrias dessas cidades (principalmente o arroz e a madeira), levando a uma diminuição da produção e do emprego industrial.<sup>5</sup>

Em suma, o avanço da frente de expansão capitalista monopolista, impulsionado e alimentado pelo Estado, implica a expropriação e a proletarização do campesinato. Dessa forma, o verde das matas que atraía os migrantes nordestinos transforma-se em verde do capim que expulsa e transforma o camponês em proletário.



Figura 1

Companhia Maranhense de Colonização



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, M. C. **Paisagens e problemas do Brasil**, 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1970, p. 82.
2. BAHIA, J. Questões de terras no Brasil atingiram estado de crise. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 abr. 1978.
3. CAMARGO, J. F. As migrações internas e as influências da estrutura fundiária como condicionamentos do fenômeno no Nordeste. In: ANAIS da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, 1964. v. 13, p. 200.
4. CARDOSO, F. H. W.; MÜLLER, G. **A Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1977. pp. 26-27.
5. CARVALHO, R. **Imperatriz: aspectos de seu desenvolvimento demográfico e social**. Manaus, 1978. pp. 36-44. mimeog.
6. CAVALCANTI, R. Grilagem no Maranhão tem até incentivo do Estado. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 mar, 1972.
7. CONCEIÇÃO, M. **Cette terre est a nous**. Paris, Maspero, 1981. pp. 81-82.
8. CUNHA, Alarico. **Barra do Corda: uma experiência de colonização**. Rio de Janeiro, IMIC, 1959.
9. DORNAS, H. **Dinâmica de ocupação do meio rural no Nordeste maranhense**. Recife, SUDENE, 1974. pp. 12-13.
10. DORNAS, H. **Pesquisa rural exploratória sobre a área da SUDENE no Maranhão**. São Luís, 1968.
11. DROULERS, M. **Les Caboclas du Maranhão Amazonien**. Paris, Université Paris III, 1978. pp. 63-82. (Tese doutorado).
12. ——— & MAURY, P. **Colonisation de l'Amazonie Maranhense**. Paris, 1979. p. 8 mimeog.
13. EGLER, E. Distribuição da população do Estado do Maranhão em 1940. In: **Rev. Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 13 (1), 1951.
14. ESTERCI, N. Peonagem na Amazônia. **Dados**, Rio de Janeiro (20), 1979.
15. HEBETTE, J. & MARIN, R. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais, In: COSTA — coord. **Amazônia: desenvolvimento e ocupação**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979. p. 161.
16. IANNI, O. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1974-1978**. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1979.
17. ———. **A luta pela terra**. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1979. pp. 119-22.

18. KELLER, F. V. O homem da frente de expansão: permanência, mudança e conflito. **Revista de História**: 671, abr./jun. 1975.
19. LOPES, Raimundo. **Uma Região tropical**. Rio de Janeiro, Fon-Fon e Seleta, 1970. p. 7.
20. MARANHÃO. Secretaria do Planejamento. **Projeto pioneiro – modo de ocupação ordenada de terras devolutas**. São Luís, 1972. mimeog.
21. MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo, Pioneira, 1975. pp. 45-7.
22. MATO, Manuel do. CEAS. Salvador, abr./jun. 1975.
23. OSÓRIO, Carlos e TARGINO, Ivan. **Migrações internas e desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro**. Recife, PIMES, 1978. pp. 97-107. mimeog.
24. RANGEL, Ignácio. **A questão agrária brasileira**. Recife, CONDEPE, 1962. p. 85.
25. SANTOS, Murilo. **Bandeiras verdes**. São Luís, 1981. p. 19.
26. VALVERDE, Orlando. Geografia econômica do babaçu. In: **Revista Brasileira de Geografia**. 19 (4), out./dez. 1957. p. 395.
27. VELHO, O. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972. p. 118.
28. VIVEIROS, Gerônimo de. **História do comércio do Maranhão 1612-1895**. São Luís, Ed. da Associação Comercial, 1954. v. 1, pp. 75-76, 206.

**ABSTRACT:** The object of this piece of work is to analyze the expansion of the state of Maranhão agricultural frontier. The maranhense pre-amazon remained practically untouched until the decade of 1930. From then on, the process of its effective occupation and of its population is broken out. In a first moment, that occupation was done by the advancement of the peasant expansion front. What is understood by peasant expansion front, is the enlargement of the agricultural frontier achieved by small producers with low capitalization level, practicing a "subsistence" agriculture based on the familiar work and where the land is considered, mainly, as a value of use, wherefrom the intense mobility of the front. Although it is organized in a pre-capitalist form, its dynamic is intimately related with the capitalist accumulation. This is done through several forms: a) through the commercialization of the "surplus"; by supplying working tools and certain manufactured consumer goods; by supplying nourishing goods at low cost; by preparing the lands and furnishing manual work for big capital. From the 60's on, this kind of occupation of the frontier came into collision with a process of capitalist occupation which characterizes itself: by producing goods (commercial farmings and cattle raising); by forming large properties, where the land is reputed to be as exchange value; by obtaining public resources and by the extreme exploitation of the working power. That last type of occupation is here denominated: monopolist capitalist expansion front. From the superposition of the latter upon the peasants expansion front, results in a conflict for the land, fostered by two basic processes and intimately related: valorization of the land and the expropriation of the through producer. Upon superposing the peasants front, the monopolist capitalist front determines (while a tendency) the closing inside and outside of the amazonian spaces for the small producer. Which is worth saying that the maranhense pre-amazon of an attraction area for the migratory flowing proceedings, above all, from the Northeastern semi-dry, gradually reduces its power, becoming itself an area of banishment of the rural population.